O MUNDO ENTRE DUAS ORDENS

*Por Gabriel Camilli**



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

Entre guerra e diplomacia, os contatos entre Washington e Moscou revelam mais do que uma tentativa de diálogo: expõem a disputa por um novo equilíbrio mundial, entre uma ordem unipolar antiga em declínio e outra nova, multipolar, ainda por definir e se afirmar.

Na política internacional, as grandes mudanças raramente são anunciadas por meio de declarações solenes. Geralmente, começam com sinais contraditórios, conversas reservadas e acordos parciais que, considerados isoladamente, parecem carecer de relevância. No entanto, observados em conjunto, podem revelar transformações profundas na distribuição do poder mundial.

Nas últimas semanas, circularam novas informações sobre possíveis entendimentos entre os Estados Unidos e a Rússia.

Os contatos diplomáticos, as conversas sobre energia, as propostas de cooperação econômica e a possibilidade de encontros presidenciais merecem uma análise que vá além da conjuntura da guerra na Ucrânia.

A questão central é compreender se essas iniciativas representam movimentos de reorganização do equilíbrio estratégico internacional. Isso porque o mundo atravessa uma fase particularmente delicada: o interregno entre uma ordem unipolar, que perde

a capacidade de impor suas regras, e uma ordem multipolar, que ainda não terminou de se consolidar.

SINAIS DE UMA NEGOCIAÇÃO

No dia 12 de outubro, a *Reuters* informou que representantes norte-americanos haviam apresentado um acordo sobre as exportações russas de combustíveis, como parte de uma iniciativa para retomar o diálogo com Moscou. Segundo as fontes consultadas, Washington avaliava que incentivos econômicos poderiam contribuir para flexibilizar a posição russa. Em 21 de outubro, o enviado norte-americano Steve Witkoff reuniu-se novamente com Vladimir Putin. As conversas abordaram a Ucrânia, eventuais projetos econômicos conjuntos e questões internacionais que transcendiam o cenário europeu. Também circularam informações sobre uma possível reunião entre Donald Trump, Putin e Xi Jinping para tratar de assuntos relacionados a armamentos, comércio e segurança internacional.

Esses contatos não significam que exista um acordo estratégico concluído. Contudo, permitem identificar uma aproximação diplomática na qual aparecem interligadas questões militares, econômicas, energéticas e tecnológicas.

Vale lembrar um ensinamento fundamental do pensamento estratégico: as potências não negociam apenas sobre o que declaram publicamente; elas negociam com base na correlação de forças que determina suas possibilidades futuras.

INTERESSES DE WASHINGTON E MOSCOU

Os Estados Unidos e a Rússia mantêm diferenças profundas. Contudo, a existência de interesses contrapostos não exclui acordos parciais.

O primeiro ponto de contato é a energia. A Rússia continua sendo um ator relevante nos mercados mundiais de petróleo e gás. Os Estados Unidos têm interesse em limitar as perturbações energéticas que afetam os preços e a estabilidade econômica internacional.

O segundo diz respeito aos recursos estratégicos. Minerais críticos, fertilizantes e insumos industriais fazem parte de uma crescente competição internacional. Para Washington, diversificar fornecedores representa uma necessidade estratégica. Para Moscou, recuperar espaços de cooperação com o Ocidente permitiria reduzir os custos das sanções e das restrições tecnológicas.

Um terceiro âmbito compreende investimentos em infraestrutura, energia nuclear e grandes projetos industriais. Embora ainda não existam compromissos suficientes para anunciar uma transformação econômica, sua inclusão nas conversas revela interesses que vão além da Ucrânia.

O quarto ponto é a segurança estratégica. Os Estados Unidos e a Rússia continuam sendo as principais potências nucleares. O controle de armamentos e os mecanismos

destinados a evitar confrontos diretos constituem interesses objetivos de ambos os Estados.

Por fim, surge a China. Para Washington, o crescimento do poder chinês representa um dos principais desafios de longo prazo. A Rússia, por sua vez, aprofundou consideravelmente suas relações com Pequim.

Uma aproximação dos Estados Unidos em relação a Moscou poderia tentar introduzir maior flexibilidade nessa relação. Mas seria um equívoco supor que a Rússia abandonará facilmente uma parceria que adquiriu considerável importância econômica e estratégica. Existem pontos de contato; o que ainda não se pode afirmar é se eles produziram uma convergência estratégica duradoura.

CONFRONTO E NEGOCIAÇÃO

A guerra na Ucrânia constitui o cenário imediato dessas iniciativas, mas também uma expressão de contradições internacionais preexistentes.

Há anos sustentamos que este conflito não pode ser compreendido exclusivamente por meio de operações militares. Sua evolução está vinculada à arquitetura de segurança europeia, à relação entre a Rússia e o Ocidente e à transformação do equilíbrio mundial. A guerra também demonstrou que o poder militar não pode ser medido apenas pela qualidade dos sistemas de armas. A capacidade industrial, as reservas, a logística, a reposição de perdas e a vontade política revelam-se decisivas em um confronto prolongado.

O custo vai muito além dos combatentes diretos. A Rússia tem arcado com perdas e sanções; a Ucrânia sofreu uma destruição enorme e depende de apoio externo; a Europa enfrenta consequências econômicas e de segurança; enquanto os Estados Unidos comprometem recursos em um confronto prolongado, diante do surgimento de outros desafios estratégicos. Nesse contexto, negociar não significa, necessariamente, abandonar os objetivos.

Moscou mantém exigências territoriais e de segurança que Kiev rejeita. A Ucrânia reivindica garantias para sua sobrevivência como Estado independente. Washington tenta encontrar uma fórmula que permita reduzir os custos do confronto sem perder influência.

Clausewitz lembrava que a guerra é a continuação da política por outros meios. A negociação também pertence ao campo da política, mesmo enquanto as operações militares prosseguem. A guerra modifica as condições da negociação; a negociação tenta transformar essas condições em um novo equilíbrio político.

INTERREGNO ESTRATÉGICO

Após o desaparecimento da União Soviética, os Estados Unidos situaram-se em uma posição de predominância internacional sem precedentes na era contemporânea. Contudo, esse cenário começou a se modificar.

A ascensão da China, a recuperação das capacidades russas, a crescente autonomia de potências regionais e o surgimento de novas parcerias econômicas limitaram, progressivamente, a possibilidade de organizar o sistema internacional a partir de um único centro de decisão.

Isso não significa que os Estados Unidos tenham deixado de ser uma potência de primeira grandeza. O país conserva capacidades militares, financeiras e tecnológicas extraordinárias. Significa, porém, que tais capacidades já não permitem resolver, de forma unilateral, todas as contradições internacionais. Além disso, ainda não existe uma ordem multipolar estabilizada. China, Rússia, Índia, Europa e outros atores possuem interesses diferentes e, frequentemente, incompatíveis.

Encontramo-nos, portanto, em um interregno: um período durante o qual as regras da ordem anterior perdem a eficácia, enquanto as da nova ordem ainda são objeto de disputa. Nessas circunstâncias, as potências combinam pressão militar, competição econômica e negociação diplomática.

A história oferece precedentes. Durante a década de 1970, a aproximação dos Estados Unidos com a China alterou o equilíbrio triangular entre Washington, Pequim e Moscou, aproveitando a profunda ruptura sino-soviética.

Hoje, alguns observadores questionam se os Estados Unidos poderiam tentar uma operação inversa: aproximar-se da Rússia para reduzir a coesão estratégica entre Moscou e a China. A comparação é instigante, embora as circunstâncias sejam diferentes. Atualmente, não existe uma ruptura russo-chinesa comparável à daquela época. Moscou poderia buscar melhorar suas relações com Washington sem abandonar Pequim, ampliando, assim, sua liberdade de ação. Por isso, antes de anunciar uma nova redivisão do mundo, é preciso observar se esses contatos resultam em acordos econômicos, alterações em sanções e compromissos concretos de segurança.

E A ARGENTINA?

A Argentina não pode encarar esses acontecimentos como uma disputa distante e alheia aos seus interesses permanentes. A reorganização do poder mundial afeta diretamente o comércio, a energia, os recursos naturais, a tecnologia e a defesa.

O país possui uma posição geográfica excepcional, mas essa condição, por si só, não constitui uma capacidade estratégica. O Atlântico Sul, as Malvinas, a projeção antártica, a Patagônia, os espaços marítimos, os recursos energéticos, os minerais críticos e a produção de alimentos compõem um patrimônio cujo valor ganha novas dimensões em

um mundo marcado pela competição entre grandes potências. Não se trata de escolher, de forma precipitada, entre Washington, Moscou ou Pequim. Trata-se de definir, com clareza, os interesses nacionais permanentes e desenvolver os instrumentos necessários para defendê-los. A experiência histórica ensina que os Estados que carecem de uma estratégia própria acabam participando de estratégias alheias.

A Argentina precisa recuperar uma concepção integral do poder nacional. A posse de recursos não equivale ao seu aproveitamento estratégico. A aquisição de equipamento militar não constitui, por si só, uma capacidade de defesa. E a multiplicação de relações diplomáticas não substitui a definição de objetivos nacionais. A questão das Malvinas, particularmente, exige um olhar que contemple tanto a história de 1982 quanto as transformações que podem configurar o Atlântico Sul por volta de 2050.

HORA DOS ACORDOS

Os acontecimentos recentes não permitem anunciar o fim da guerra na Ucrânia, nem o surgimento de uma aliança entre os Estados Unidos e a Rússia. Mas mostram que, mesmo em meio a um confronto prolongado, as grandes potências mantêm abertos canais de negociação. Os acordos internacionais não nascem, necessariamente, da confiança ou da amizade. Muitas vezes, surgem do reconhecimento de limites, de interesses compartilhados e da necessidade de evitar custos maiores.

Em um mundo que transita entre duas ordens, negociar pode ser tão importante quanto combater. Para a Argentina, a lição é direta: não basta observar quais acordos as grandes potências alcançarão. Devemos nos perguntar que lugar queremos ocupar na ordem internacional emergente e que capacidades estamos construindo para sustentá-lo.

Pois, no mundo que se avizinha, não bastará ter razão, recursos ou direitos históricos. Será necessário possuir a capacidade e a vontade de convertê-los em objetivos nacionais alcançáveis.

Publicado no La Prensa.

***Gabriel Camilli** é Coronel Mayor da reserva do Exército Argentino, formado Oficial de Infantaria pelo Colégio Militar de La Nación. Além de mestre em Assuntos Militares pela Universidade do Norte, possui licenciatura em Relações Públicas e Institucionais pela UADE. Fluente em inglês e italiano e com boa comunicação em alemão, possui ampla experiência, tendo participado ativamente em mediações e negociações no âmbito da ONU, além de atuar como representante da Argentina junto a missões diplomáticas e negociações entre empresas alemãs, suecas e austríacas. Atualmente é diretor do Instituto ELEVAN.*